



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 366, DE 2004

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências para estabelecer prazo prescricional para a cobrança de dívidas oriundas da prestação continuada de serviços públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigor acrescida do artigo seguinte:

“Art. 42-A. As dívidas oriundas da prestação continuada de serviços públicos, urbanos ou rurais, tais como os de energia elétrica, telefonia, gás canalizado e saneamento, prescrevem no prazo de um ano.”

Art. 2º O parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 1990, passa a vigorar como art. 42-B.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de publicação.

Justificação

Ao abrigar indispensável preceito de equidade, que objetiva mitigar os danos potenciais ao pólo mais fraco de uma relação desigual, a Constituição de 1988 estabeleceu, no art. 5º, inciso XXXII, que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”. Com razoável presteza, embora excedendo o prazo de cento e vinte dias fixado no art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Poder Legislativo cuidou de conferir concretude a esse princípio ao aprovar o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, transformado na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Desde então, as relações de consumo em nosso País têm se aproximado progressivamente da-

queelas já sedimentadas nas nações mais desenvolvidas, pautadas pelo atendimento das necessidades dos consumidores, respeito à sua dignidade e proteção de seus interesses.

No tocante aos serviços públicos, o art. 22 da Lei nº 8.078, de 1990, estabelece que “os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos”. Para tanto, os prestadores, diretos ou indiretos, cobram as tarifas mensais correspondentes, cujo inadimplemento por parte do consumidor enseja o corte do fornecimento do respectivo serviço.

Ocorre, contudo, que, em muitos casos, a relação entre fornecedores e consumidores desses serviços é dificultada pela cobrança de supostas dívidas que, vencidas a longo tempo, podem ou não ter sido pagas. A possibilidade da apresentação pelo prestador do serviço de contas relativas a serviços prestados em passado já remoto sujeita o usuário ao ônus da guarda de recibos por tempo excessivo, sob pena de ser constrangido a pagar em dobro pelo serviço consumido.

Na ausência de norma legal específica, os concessionários desses serviços podem valer-se dos prazos prescricionais genéricos, fixados no art. 206 do Código Civil. Nesse caso, em tese, a cobrança pode ocorrer em até cinco anos, período que, em se tratando de serviços de prestação continuada, se afigura notoriamente desproporcional. A presente proposição tem, assim, a finalidade de fixar prazo prescricional para a cobrança dessas contas, de maneira a impor ao fornecedor do serviço a obrigação de organizar-se suficientemente para exigir a tempo a contrapartida do pagamento e, ao consumidor, o dever de guardar os respectivos

comprovantes por prazo razoável, fixado em um ano. Complementarmente, promove-se a transformação do parágrafo único do art. 42 em dispositivo autônomo com vistas a fazer o seu comando (devolução em dobro do valor cobrado indevidamente) incidir como penalidade nos casos de infração da norma ora proposta.

Estamos certos de que, em face de seu alcance social, o projeto que ora apresentamos merecerá o apoio dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2004.
– Senador **César Borges**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXII – o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Art. 48. O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido

de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil

Art. 206. Prescreve:

§ 1º Em um ano:

I – a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos;

II – a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo:

a) para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuidade do segurador;

b) quanto aos demais seguros, da ciência do fato gerador da pretensão;

III – a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários;

IV – a pretensão contra os peritos, pela avaliação dos bens que entraram para a formação do capital de sociedade anônima, contado da publicação da ata da assembléia que aprovar o laudo;

V – a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.

§ 2º Em dois anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

§ 3º Em três anos:

I – a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;

II – a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias;

III – a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela;

IV – a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa;

V – a pretensão de reparação civil;

VI – a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição;

VII – a pretensão contra as pessoas em seguida indicadas por violação da lei ou do estatuto, contado o prazo:

a) para os fundadores, da publicação dos atos constitutivos da sociedade anônima;

b) para os administradores, ou fiscais, da apresentação, aos sócios, do balanço referente ao exercício em que a violação tenha sido praticada, ou da reunião ou assembléia geral que dela deva tomar conhecimento;

c) para os liquidantes, da primeira assembléia semestral posterior à violação;

VIII – a pretensão para haver o pagamento de título de crédito, a contar do vencimento, ressalvadas as disposições de lei especial;

IX – a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

§ 4º Em quatro anos, a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

§ 5º Em cinco anos:

I – a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular;

II – a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato;

III – a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania. (Decisão Terminativa))

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 16 - 12 - 2004